

BOLETIM 538

Brasília, 23 de março de 2018



Unidade marcou as eleições no RS

Diretoria da FETICOM- RS é renovada com unanimidade dos votos

A nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Sul (FETICOM-RS) foi eleita no último dia 22 (quinta-feira) com a unanimidade dos 41 votos destinados à chapa única apresentada e encabeçada pelo dirigente Aroldo Pinto Garcia, que também é secretário de Finanças da CONTRICOM.

Aroldo Garcia agradeceu o apoio de todos os delegados representativos dos sindicatos filiados à Federação e ressaltou a importância da



Aroldo Garcia à frente de mais um mandato na FETICOM-RS: novos desafios



Delegados participam do pleito eleitoral
unidade conquistada no pleito eleitoral para enfrentar os difíceis desafios que os trabalhadores e o movimento sindical terão pela frente em razão das mudanças na legislação do trabalho (reforma trabalhista), cujo objetivo é a retirada de direitos sociais e o enfraquecimento das organizações sindicais.



Novas ADIs questionam fim da contribuição sindical obrigatória

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu mais duas ações contra o fim da contribuição sindical obrigatória. As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5900 e 5912 foram ajuizadas, respectivamente, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) e pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiente e Áreas Verdes (Fenascon).

As ações se voltam contra dispositivos da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) que, ao alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passaram a condicionar o desconto da contribuição sindical à autorização prévia e expressa dos trabalhadores. Um dos argumentos das ADIs é que a contribuição sindical, por se tratar de um tipo de tributo, só poderia ser alvo de alteração por meio de lei complementar. Outra alegação é que a norma compromete a própria manutenção das entidades, que possuem o dever de defesa do trabalhador, conforme prevê o artigo 8, inciso III, da Constituição Federal.

As ADIs 5900 e 5912 foram distribuídas ao ministro Edson Fachin por prevenção, pois ele é o relator das demais ações que questionam o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

Fonte: STF

Judiciário tem se posicionado favorável à contribuição sindical

O Poder Judiciário tem dado respostas positivas ao movimento sindical na questão do desconto obrigatório da contribuição sindical, que foi alterado pela Reforma Trabalhista, no contexto da Lei 13.467/17, que entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017.

As deliberações, até então, têm demonstrado isto e já somam mais de 42 decisões judiciais (são liminares, mandados de segurança e sentença) determinando o recolhimento das contribuições sindicais em favor dos sindicatos.

Os ministérios do Trabalho; e Público do Trabalho também emitiram 7 pareceres favoráveis a obrigação do recolhimento da taxa sindical anual em favor das entidades sindicais.

Esclarecimento sobre a contribuição - É preciso que fique bem claro que a contribuição sindical não foi extinta. O que mudou foi a forma de cobrança. Com isso, a contribuição sindical, correspondente a 1 dia de trabalho por ano, que antes tinha caráter compulsório (obrigatório), passa a ser voluntária pois depende da prévia e expressa autorização do trabalhador, no caso das categorias profissionais, e da empresa, no caso das categorias econômicas.

O imposto não foi extinto, mas condicionado o desconto à autorização prévia e expressa das categorias profissionais e econômicas.

Isto significa que o desconto automático da contribuição deixa de existir, perdendo seu

caráter parafiscal, e a entidade sindical só receberá essa modalidade de contribuição se o trabalhador, no caso dos sindicatos de empregados, e o empregador, no caso das empresas, autorizarem expressa e previamente o desconto.

No entendimento do DIAP, porém, a autorização poderá vir por meio da assembleia da respectiva categoria; seja profissional, seja econômica; convocada especificamente para tal fim, ou na própria Pauta de Reivindicações, como cláusula específica.

Fonte: Diap

2018, ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

O ano de 2018 será instituído como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/2018, aprovado em Plenário nesta quinta-feira (22). O texto vai à sanção presidencial.

A escolha do ano de 2018 se deu em razão da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, celebrada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2015. O Brasil está atualmente em processo de ratificação dessa convenção. O acordo encontra-se em análise na Câmara dos Deputados sob a forma do Projeto de Decreto Legislativo 863/2017.

O PLC estipula que, em celebração ao ano, haverá palestras, eventos, ações conjuntas da administração pública para incentivar a valorização do idoso, além de divulgação da



convenção. O objetivo não é criar data comemorativa no calendário nacional, mas estabelecer marco para estímulo de ações pelos direitos dos idosos.

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que em 2018 são comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 15 anos da aprovação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003). Ele comemorou o acordo firmado entre Executivo e Legislativo para aprovação do projeto.

- Fico feliz que, num momento de tanto conflito no mundo político do nosso país, eu tenha participado de um grande acordo entre Legislativo e Executivo por um projeto tão importante e que será votado por unanimidade – declarou.

Fonte: Agência Senado



Reforma ministerial será anunciada na primeira semana de abril

A Reforma ministerial começará a ser anunciada na primeira semana de abril, de acordo com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun. O governo irá anunciar os nomes que substituirão os ministros que irão se candidatar nas próximas eleições.

"O que está desenhado é isso, diálogo com partidos que estão no comando desses ministérios. Estamos pedindo sugestões de nomes, não são indicações, para que o presidente Temer decida aqueles com quem ele deseja contar no governo exercendo as funções do ministro", disse nesta quinta (22).

Marun enfatizou que não existe nenhum veto à substituição de ministros pelos secretários-executivos, "assim como não existe indicativo que a maioria dos ministros seja substituída por seus secretários-executivos".

Marun sinalizou que o Ministério da Educação deverá seguir sob o comando do Democratas - atualmente, o ministro Mendonça Filho ocupa a pasta, mas deixará o posto para disputar o governo de Pernambuco. "Nesse momento o DEM é um partido que faz parte da base, deseja continuar na base e tem um pré-candidato lançado à presidência da República [o atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia], uma candidatura que merece o nosso respeito. É dessa forma que o DEM está sendo considerado pelo governo e nesse momento o DEM permanece no governo", ressalta.

Em relação ao Ministério Fazenda, Marun destacou que há uma disposição do ministro Meirelles a participar das próximas eleições, por isso terá que deixar o governo. "Estão sendo estabelecidas, com ele, conversações a respeito da sua sucessão. Ainda não entramos com nomes, mas obviamente a opinião do ministro Meirelles será levada em consideração". Oficialmente, o Meirelles ainda não anunciou a candidatura.

Fonte: Agência Brasil

Franceses vão às ruas contra reformas trabalhistas de Macron

Foram mais de 400 mil pessoas. A França está vivendo protestos contra o pacote de medidas que o governo de Emmanuel Macron pretende implementar, que se traduzem na perda de direitos para quem trabalha e na degradação do serviço público.

Dados provisórios dados pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) afirmam que as manifestações convocadas na última quinta-feira (22) reuniram mais de 400 mil pessoas por todo o país.

A CGT é uma das sete estruturas sindicais que convocaram a jornada de luta contra a perda do poder de compra, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pela manutenção de setores estratégicos do Estado.

Em causa estão medidas anti-trabalhistas como o corte de 120 mil postos de trabalho na função pública, a desregulação das leis trabalhistas e a redução do orçamento do setor ferroviário em 60 milhões de euros, apresentadas



por Emmanuel Macron com o objetivo de reduzir a dívida e chegar aos 3% de déficit impostos pela União Europeia de forma aleatória.

Entre as várias ofensivas está a transformação da empresa pública de caminho de ferro (SNCF) em uma empresa de capitais mistos (públicos e privados), prevendo-se que essa seja a antecâmara da privatização da empresa.

Em uma nota remetida na tarde dessa quinta (22), a CGTP-IN alertava para o fato dessas medidas, "definidas em sucessivos pacotes ferroviários da União Europeia e que o governo francês procura agora impor, em Portugal já levaram à privatização da CP Carga, à degradação da prestação do serviço público de transporte ferroviário e ao aumento dos preços, bem como à retirada de direitos dos trabalhadores e dos usuários".

Nesta sexta, foi a vez dos pilotos, comissários de bordo e pessoal de terra da Air France fazerem uma greve para exigirem aumentos salariais de 6%.

Fonte: Portal Vermelho

Fórum Mundial da Água conclui trabalhos após 300 conferências sobre o tema

Debates sobre agricultura, saneamento, revitalização dos rios e acesso à água potável, além de tecnologias de uso racional da água, foram alguns dos temas das 300 conferências realizadas durante a 8ª edição do Fórum Mundial da Água, em Brasília. O anúncio de envio ao Congresso Nacional de um projeto para atualizar a Lei sobre Saneamento e a criação de mais duas novas áreas de proteção nos arquipélagos de São Pedro, São Paulo, Trindade e Martim marcaram as possibilidades de avanço na área ambiental para o Brasil.

Fonte: Agência Senado

Coordenadores de fiscalização do FGTS nos estados se reúnem

Coordenadores e chefes dos projetos de fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de todo o Brasil se reuniram durante essa semana na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília. O objetivo foi analisar os resultados da fiscalização em 2017 e discutir estratégias para 2018.

O chefe da Divisão de Fiscalização do FGTS no Ministério do Trabalho, Jefferson Toledo, destacou a importância do encontro: "Precisamos planejar em conjunto. É fundamental ouvir quem



está na ponta para definir estratégias e metas para o Brasil", destacou.

Durante a reunião, foram apresentados os resultados estaduais e nacional da fiscalização em 2017, quando o Ministério do Trabalho recuperou R\$ 4,2 bilhões para o FGTS. O resgate desse valor foi possível graças a ações fiscais em empresas que deixaram de depositar o dinheiro nas contas vinculadas dos seus trabalhadores.

O volume de dinheiro recuperado em 2017 foi 35,4% maior do que em 2016, quando foram arrecadados R\$ 3,1 bilhões pela Inspeção do Trabalho. Em 2015, a quantia havia sido de R\$ 2,2 bilhões.

Desde a instituição da fiscalização eletrônica, em 2014, o Ministério do Trabalho tem impulsionado seus resultados. "A capacitação dos auditores para utilização de sistemas informatizados e para a padronização das ações fiscais tem agilizado os processos de fiscalização", explica Jefferson Toledo.

Fonte: MTb

10ª Região recebe inscrições de processos para 4ª Semana Nacional de Conciliação Trabalhista

Os preparativos para a 4ª Semana Nacional de Conciliação Trabalhista já começaram. O evento anualmente organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com os tribunais regionais do trabalho de todo o país, nesta edição, vai acontecer no período de 21 a 25 de maio. Por isso, de 2 a 24 de abril,

trabalhadores e empregadores poderão indicar processos para serem incluídos na pauta do evento.

As solicitações devem ser feitas diretamente ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC) da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), somente pelo e-mail cejusc.bsb@trt10.jus.br ou por mensagem de texto enviada pelo WhatsApp, no celular (61) 99125-4099. Lembrando que os processos trabalhistas indicados podem estar em qualquer fase de tramitação.

A Semana - O evento nacional tem a finalidade de conscientizar e mobilizar a sociedade para a ideia de que a conciliação consiste em uma possibilidade viável e eficiente de solução de litígios. Outro objetivo da Semana da Conciliação Trabalhista é concentrar esforços na conscientização e no incentivo da população para a busca do diálogo e da conciliação.

Na edição de 2017, a Justiça do Trabalho de Brasília aproveitou a ocasião para inaugurar uma sala exclusiva para conciliação, no Foro Trabalhista de Brasília.

Fonte: TRT10

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS